

Mil anos menos cinqüenta: nosso passado português e feminino

MARILENE WEINHARDT

Universidade Federal do Paraná – UFPR



saber o passado ajudava mas não construía nada,
se fazia necessário trazê-lo para o futuro

(ÂNGELA ABREU, *Mil anos menos cinqüenta*, p. 186)

– o passado se usava para entender o presente e não para julgar o futuro –

(ÂNGELA ABREU, *Mil anos menos cinqüenta*, p. 248)

I

A ficção que encena o passado histórico foi particularmente expressiva na produção brasileira durante as últimas décadas do século XX. De grandes painéis a figuras específicas cujos registros nos anais históricos são incidentais ou mesmo inexistentes, passando por relatos de episódios, de época, de linhagens, tudo foi matéria para ficcionalização. No mesmo período, o número de títulos de autoria de ficcionistas mulheres também cresceu expressivamente. Entretanto, o cruzamento entre esses dois universos em expansão não se dá com a frequência prevista pelas probabilidades estatísticas. Não são muitos os títulos de romances históricos escritos por mulheres evocados nos estudos de ficção histórica.

Pode-se conjecturar que, da produção ficcional assinada por mulheres, não é esse tipo que mais chama a atenção dos críticos, seja dos interessados em enaltecer, seja dos interessados em deturpar o discurso feminino. Tal raciocínio parece merecer atenção tendo-se em vista levantamento constante em volume dedicado à narrativa histórica de escritoras latino-americanas.¹ Já é surpreendente que exista um estudo dedicado a essa intersecção, narrativa histórica e feminina. No item que aborda a produção brasileira,² o número de títulos levantados é bem maior do que se poderia supor a partir dos estudos de história e crítica literárias correntes no país. Vários são os romances desconhecidos mesmo para quem se dedica à pesquisa da ficção histórica. A leitura,

em alguns casos, revela obras portadoras de qualidades que merecem registro. Entretanto, continuar nessa linha de investigação exige análise mais acurada da publicação, o que não é o propósito aqui. Qualquer afirmação quanto ao significado da produção aí registrada exigiria exercício de comparação de diferentes ordens (por exemplo, qual o total de romances de autoria feminina no mesmo período, qual o total de romances históricos), bem como seria necessário discutir o critério usado para delimitar o que se está entendendo como ficção histórica. Exame da listagem de obras citadas indica que situar a ação romanesca no tempo pretérito é suficiente para entrar na classificação de narrativa histórica, importando sobretudo a questão da perspectiva feminina, como é a proposta geral do volume.

Poderíamos ainda, no tentador caminho da pseudo-psicologia, concluir que assuntos de Marte não são mesmo próprios do universo feminino. Esse raciocínio, além do que teria de apressado no campo da psicologia, no plano da teoria narrativa se pautaria pela lógica que supõe que dizer *romance histórico* é dizer *romance de guerra*. Poderíamos contra-argumentar que não é preciso ser historiador para saber que há muito a história deixou de ser a narrativa dos grandes feitos dos heróis. Outras perspectivas orientaram os estudos históricos no século passado, inclusive algumas que poderiam ser vistas como caracteristicamente femininas, como a família e o cotidiano.

Essas tentativas de produzir relações sobre o que não se pauta por uma lógica de causa e consequência é apenas uma forma de aproximar-se de uma das muitas surpresas que o campo de pesquisa, que parecia já bastante mapeado, revela ao pesquisador. Em levantamento iniciado há cerca de uma década, recorrendo a refe-

¹ CUNHA, Glória da (Org.). *La novela historica de escritoras latinoamericanas*. Buenos Aires: Corregidor, 2004. Agradeço a Maria Eunice Moreira a indicação dessa obra.

² TEJADA, Cristina Sáenz de. Brasil. In: CUNHA, op. cit., p. 94-98.

rências em estudos acadêmicos e resenhas em periódicos, contando ainda com indicações ocasionais de colegas que conhecem minha área de pesquisa, além da habitual visita a estantes de livrarias, hoje com o produtivo auxílio das estantes virtuais, meu *corpus* de pesquisa alcançou um número de títulos que não está longe de atingir uma centena, nos limites da produção de ficção histórica brasileira nas duas últimas décadas do século passado.³ Entretanto, só recentemente, por uma referência encontrada em artigo de pesquisadora portuguesa sobre a ficção histórica brasileira,⁴ tomei contato com uma obra singular a vários títulos. Trata-se de *Mil anos menos cinqüenta*, de Ângela Abreu, lançada em 1995.⁵

Qualificar uma obra como *singular* não indica nada de extraordinário. Qualquer leitura, mesmo a mais ingênua, busca alguma forma de singularidade. Esta abordagem busca inscrever o título de estréia da escritora que hoje assina Ângela Dutra de Menezes⁶ no cenário da ficção histórica brasileira contemporânea.

Via de regra, seguindo uma linha de força que se firmou no romantismo, enraizada logo nas primeiras expressões literárias nacionais, a produção que se inscreve sob essa rubrica tematiza a identidade brasileira, resgatando-a, discutindo-a, questionando-a, enfim, tensionando, eventualmente no limite do esgarçamento, a fundação, por vezes da nacionalidade, por vezes circunscrita à dimensão regional, o que não comporta necessariamente limitação estética. Trechos de enredo situando a ação no exterior, sobretudo em Portugal, não constituem uma exceção, dado o passado entrelaçado. Já as incursões situando toda a ação ficcional além das fronteiras nacionais são raras. Registram-se alguns títulos, freqüentemente forçando as linhas divisórias da modalidade *romance histórico*, assunto para outro estudo. Vale marcar que, em todo o conjunto que constitui o *corpus* acima referido, localizei cinco títulos cujo enredo transcorre no exterior, dos quais dois em Portugal. Um destes pode ser considerado uma novela, pela temática e pela estrutura, dedicado que é a parte da vida de uma personagem da história portuguesa.⁷ Na dife-

rença gritante com o que constituiria o seu par nessa listagem, pelo critério do cronotopo representado, para usar a econômica expressão proposta por Bakhtin, marca-se a primeira singularidade de *Mil anos menos cinqüenta*: a duração do tempo e o espaço geográfico representados.

Não é difícil localizar, no conjunto da ficção histórica brasileira, o que se pode classificar como romances que constituem grandes painéis. Contam-se aí, no rastro do seminal *O tempo e o vento* (1949-56), do onipresente Érico Veríssimo, *A república dos sonhos* (1984), de Nélida Piñon, *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, a trilogia *Um castelo no pampa* (1993-1994), de Luiz Antonio de Assis Brasil, *A república dos bugres* (1999), de Ruy Tapioca, alcançando a ainda inconclusa tetralogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro* (1998...), de Márcio Souza. Nestas obras, no caso de compasso temporal mais aberto, alcançam-se três, até quatro séculos. Em se tratando de figuração da história brasileira, é difícil pensar em tempo mais recuado, já que se convencionou chamar a carta de Caminha como certidão de nascimento do Brasil. Os tempos pré-cabralinos parecem campo minado não apenas para antropólogos e historiadores, mas mesmo para ficcionistas. Não é nessa brecha que Ângela Abreu irá se aventurar, mas sua escolha não renuncia ao tiro de longo alcance, muito pelo contrário. Os quase dez séculos anunciados no título são percorridos acompanhando uma família, predominantemente pela descendência feminina, que deambula sobre o solo que, a certa altura da narração, se estabiliza como território português. O tempo narrado cobre desde a fundação de Portugal até meados do século XIX.

Acima se fez menção à freqüência com que aparece o caráter identitário na ficção histórica nacional. Figurar o passado português é de fato passar ao largo da discussão sobre identidade brasileira? A resposta positiva acarretaria a decisão de considerar a obra em estudo como pertencente ao conjunto dos romances que, na referida tentativa de sistematização da ficção histórica brasileira contemporânea, relaciona as obras que não ficcionalizam a história brasileira, a saber: a discussão sobre os preceitos da Igreja no século XVI para beatificação, em *O Santo* (1996), de Décio Orlandi; os trabalhos de pesquisa de um grupo de estudiosos para reconstituir a existência de um religioso contestador no século XV, em *Aqueles cães malditos de Arquelaú* (1993), de Isaías Pessotti, em ambos situando-se o espaço-tempo na Itália; a ficcionalização, em tom farsesco, de conhecida anedota da vida de Shakespeare, em *O mistério do leão rampante* (1995), de Rodrigo Lacerda. Na já citada recriação de Leonor Teles, a despeito da coincidência de ficcionalização do passado português, o que se busca na história é aspecto pontual,

³ Projeto de pesquisa registrado no CNPq sob o título "A ficção histórica brasileira no final do século XX", em vias de conclusão. Uma versão sob a forma de comunicação encontra-se em WEINHARDT, Marilene. Ficção histórica contemporânea no Brasil: uma proposta de sistematização. In: *Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. v. 1, p. 1-6.

⁴ MARINHO, Maria de Fátima. Alguns caminhos da metaficção historiográfica brasileira. In: _____. *Um poço sem fundo*. Porto: Campo das Letras, 2005. p 301-308.

⁵ ABREU, Ângela. *Mil anos menos cinqüenta*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. (As citações da obra foram extraídas desta edição. O número da página está indicado entre parênteses, logo após a citação).

⁶ Na última capa de *O avesso do retrato* (Record, 1999), terceiro romance da autora, texto assinado pela própria informa: "Tinha uma pedra no meio do caminho. Então, resolvi trocar de sobrenome. [...] Dutra de Menezes é marca de nascença, presença de meu pai. / Enquanto fui Abreu..."

⁷ Trata-se de *Dona Leonor Teles* (1995), de Heloísa Maranhão.

do ponto de vista do tempo e da personagem. Bastante diferente, portanto, do romance em estudo, que se pode considerar, emprestando a expressão dos estudos históricos, orientado pela noção de longa duração. Retomando a pergunta formulada no início deste parágrafo, se assumirmos que esse passado é comum, em que medida se dá essa partilha? Eis uma das ambigüidades que nós, brasileiros, ora encampamos, ora rejeitamos, como característica de identidade. Assim, o romance que lança o nome de Ângela Abreu nessa comunidade deverá constar na categoria “olhar além das fronteiras nacionais”, ou antes, naquela que abrange os “grandes painéis”? A decisão deve decorrer da perspectiva adotada no próprio romance, concepção que orienta vários outros aspectos da pesquisa, cujo único esquema pré-estabelecido é o do levantamento dos títulos que ficcionalizam o passado. Todas as demais opções têm vetor dedutivo, criando-se os critérios de abordagem e classificação a partir do percurso de leitura.

II

O preâmbulo do romance, sem título ou qualquer outra fórmula de abertura, ocupando apenas uma página, principia com o período: “Livro de genealogia de todos nós, filhos de Deus e do Diabo, conforme cada destino.” (p. 14) Além do eco bem brasileiro presente no reconhecimento dessa ascendência metafísica, explicita-se já uma noção que percorre toda a narrativa: a força da destinação. Seguem-se seis parágrafos sumariando a árvore genealógica, sem referência à passagem do tempo além da sucessão de gerações, mas registrando-se os deslocamentos espaciais. O verbo *gerar* é o termo mais constante, citando nomes, ou melhor, prenomes, o que indica tratar-se do percurso de uma família que não é de linhagem nobre, ainda que muitos desses nomes, sobretudo os primeiros, coincidam com os daqueles registrados pela história como fundadores da nação portuguesa. O leitor tem aí uma pista para leitura de caráter alegórico. No último parágrafo retornam os mesmos nomes do início, fechando-se um círculo e abrindo outro: “Pedro Afonso gerou Urraca que gerou a todos nós, a família brasileira, gente de algumas bênçãos e de muita maldição, carrega em suas costas o peso de um milênio de pouca, rara, alegria e muita melancolia, mil anos menos cinquenta de tristeza e omissão.” (p. 14). Assim, além da explicitação do sentido do título, marca-se uma proposta de leitura. Mesmo que pouco atento ao fato de se usar a língua no registro do português do Brasil, ou considerando irrelevante essa opção, o leitor não pode deixar de perceber que se deve entender a narrativa como um relato do passado que é também o brasileiro. À saga do povo que mereceu registro na forma de uma epopéia, que conta com várias expressões na modalidade do drama histórico, além dos muitos títulos

de romance histórico, modalidade freqüentada pelos portugueses com insistência, do romantismo à contemporaneidade, agrega-se nova perspectiva, uma voz feminina e de antiga colônia.

A parte intitulada “Genealogia de Urraca e Ab’ul”, que fecha o volume (p. 259-261), correspondendo ao texto de abertura, agora na forma esquemática, prático instrumento a se recorrer durante a leitura, lista até a 38ª geração, abandonando sempre os ramos que não serão acompanhados pela narrativa. Percebe-se o predomínio, próximo da exclusividade, de foco na descendência feminina. Há várias ocorrências da palavra “matriarca”, mas a linha sucessória não é necessariamente direta. Nem sempre é a filha quem herda a condição da mãe. Os deslocamentos espaciais são registrados, mas as referências a tempo datado são muito raras. A indicação consta no registro da primeira geração (“Afonso [...] nascido em 1064”) e da última (“meados do século XIX”). Não é acidental, obviamente, o início da narrativa situar-se no ano da reconquista de Coimbra.⁸

O romance é composto de 68 capítulos breves, com epígrafes que podem ser lidas como títulos, inclusive porque estão reproduzidas no sumário, sempre em caixa alta, por vezes comportando mais de uma citação. A fonte mais constante é a Bíblia. São dezessete citações do Antigo Testamento, quase todas nos primeiros capítulos, e trinta e sete do Novo Testamento. O Alcorão é referido sete vezes, inclusive no primeiro capítulo, referindo-se aí à constância da luta como determinação divina: “Senhor nosso, porque nos prescreveste a luta?” (p. 15). Raros são os títulos-epígrafes que não são extraídos de textos sagrados. Limitam-se às seguintes passagens: a narração do desaparecimento de D. Sebastião se faz sob o signo de duas trovas de Bandarra; há uma afirmação atribuída a “Al-Hallaj, filósofo sufista crucificado em 27 de março de 922”, juntamente com uma citação do Evangelho de João, ambos reivindicando a condição de verdade única (p. 200), apontando para uma das recorrências do texto, o questionamento da noção de verdade; a ação do Santo Ofício condenando uma personagem é antecipada no extrato de uma “Sentença do Conselho da Inquisição, novembro de 1673”, comportando um dos raros registros de data, que aparece também no mote da “Revolução Francesa, 1789” (p. 244), título do relato da ação de uma revolucionária que aparece na família. Nessas escolhas já se adianta a composição do povo português, fortemente marcado pela religiosidade, seja católica ou judaica, com substrato islâmico, portando o estigma da Inquisição, revolucionário em alguns momentos, travestindo sob a forma de

⁸ Na “Tábua cronológica” constante do site <<http://www.vidaslusofonas.pt/tbua.htm>>, para o ano de 1064 registra-se a seguinte informação: “Os cristãos reconquistam Coimbra aos mouros; governo do moçárabe Sisnando”.

sebastianismo o traço messiânico herdado dos judeus. Mas as matriarcas, filtro predominante da voz narrativa, sabem que o dogmatismo religioso deve ser de aparência, enquanto na prática deve vigiar a aceitação do outro, jogo duplo que garante a sobrevivência. A relação do narrado com a epígrafe pode ser bastante genérica, ficando por conta do leitor, ou explicitada, não raro denunciando a idealização presente no texto sagrado. O questionamento da ação divina é uma constante. É o caso, por exemplo, do capítulo que, sob a epígrafe ‘E vós, não procureis o que comer ou o que beber porque estas coisas quem as procura são os pagãos do mundo e vosso pai sabe que tendes precisão disto’ (p. 86), registra:

Embora não fosse cristão procurar pela comida, o mais fervoroso ventre sofria quando vazio. Como o Senhor esquecia destas fúteis precisões – quantos morriam à míngua – Helena, mal havia sangrado, investiu na pele clara, nos cabelos ruivos, no porte altivo – ela perdera a nobreza, seu corpo ainda não, Deus que a perdoasse ou ficasse mais atento, enquanto do Céu não caísse algo de matar a fome, trataria de ir à vida. (p. 87).

A narrativa se constrói seguindo a cronologia, ainda que com breves analepses, várias prolepses e eventuais alusões a um “hoje”, ambíguo, podendo referir-se à manutenção de uma marca de caráter nacional e ao tempo da escrita. Cito um exemplo em que aparece uma antecipação e referência ao momento de fundação de um traço permanente, ilustrando também recorrência ao resumo, conjunto de procedimentos que ajudam o leitor a se movimentar nesse lapso temporal de tão longo alcance: “Assim, todos atentos, passaram-se gerações, um dia o clã se espalhou, foi viver em muitas terras, até esqueceu o tempo em que foi cristão e islâmico, falou grego e árabe, aprendeu melhor viver quem melhor se dissimula – vive, hoje, ainda assim.” (p. 23).

O foco é sempre o percurso da família ficcionalizada, mas as referências aos eventos históricos, imediatamente reconhecíveis para o leitor inteirado da história factual, pontuam a narrativa. No parágrafo de abertura, marcado por um travessão, funde-se a voz de Ab’ul Ibn Rachid, personagem que vê seu fim próximo, e a voz de um narrador em terceira pessoa, processo que será trabalhado em todo o romance, variando a personagem. Naquele instante Ab’ul sabia estar condenado, “bastava olhar o inimigo, em nome de Jesus Cristo preparava o ataque, acabara encurralado, se fugisse os irmãos o matariam, se ficasse por cristãos seria morto, fosse Deus, Deus de quem fosse, sequer adiantava rezar.” (p. 15) As lutas pelo poder, sob o disfarce de lutas pela fé, retornarão constantemente, no enredo do romance como na história de Portugal, que aqui aparece com o mesmo tipo de registro de outras passagens: “... Sesnando, comandante adversário, um judeu de

nascimento, grão-vizir de profissão, cristão por necessidade, aliara-se a um rei católico para retomar Coimbra...” (p. 15). Esse “rei católico” não é sequer nomeado, procedimento a que se submete a maioria das personagens históricas. Mas são suas decisões que definem as condições de vida e o percurso das personagens ficcionais. Em outras passagens, o plano ficcional é integrado ao histórico por costura quase invisível, enquanto este é questionado em sua condição de definidor da condição de vida das pessoas comuns e na habitual idealização do relato oficial, como no trecho:

Por dividirem um sonho, ele e Pedro Antônio [tio e sobrinho da família ficcional], mal se fizera um rapaz, partiram à primeira guerra – pois, meu Deus, era impossível, a infanta Beatriz, única herdeira do Trono, casada com o rei de Castela e como se fosse pouco, seu pai Fernando, já morto, deixara a regência à rainha Leonor, viúva das mais faceiras, há muito andava deitando com o conde João Andeiro, o povo a detestava desde os tempos do casório com o pobre dom Fernando, sempre magro e envelhecido, coitado, realizara um milagre no nascer de tal princesa. De nada adiantou Débora lhes repetir – idéias assim, estranhas, não freqüentavam a cabeça dos lavradores da terra, quem trabalhava, não pensava, se pensava, não falava, uma verdade antiga. (p. 96).

O leitor condicionado a pensar na história da nação portuguesa contada seguindo casas dinásticas e sucessão de grandes feitos, pode entender que a presença de dados históricos é um acessório acidental. Este é o encaminhamento da leitura de Maria de Fátima Marinho, que considera: “Só de vez em quando, e quase esporadicamente, é que surge a História. [...] A referência a estes eventos é sempre superficial e somos tentadas a sugerir que eles se destinam quase exclusivamente a situar o leitor no tempo...”⁹ De fato, os eventos históricos têm pouca relevância na narrativa, mas da perspectiva que se propõe esta leitura, tendo-se em vista outras formas de entender a história, que exploram a possibilidade de focos diversos, particularmente aquelas vertentes que elegem extratos sociais menos favorecidos, em detrimento de heróis e grandes feitos, não se negará que esta pode ser uma história da nação. Não se trata de confundir discurso histórico e discurso ficcional. Estamos diante de um universo ficcional, mas que cria uma realidade calcada no percurso histórico e por ele determinada, ainda que o foco narrativo não ilumine preferencialmente as figuras que decidem os rumos históricos, antes os que sofrem os efeitos dessas determinações. Não é por acaso, certamente nem por afirmação de discurso feminista radical, a opção por ficcionalizar, em um mundo construído sobre decisões e valores masculinos, uma linhagem de mulheres,

⁹ Op. cit., p. 303.

acompanhando as matriarcas, aquelas que cultivam e sabem preservar certas qualidades, reiteradamente reforçadas ao longo da narrativa. Tais qualidades são exatamente o inverso daquelas prescritas nos manuais da moral convencional. A sobrevivência é assegurada pela capacidade de fingir, de calar, de guardar segredos e de jogar com eles, comportamentos que aparecem em algumas personagens, quase sempre femininas, uma em cada geração.

Se, até a altura do desaparecimento de D. Sebastião, que se situa mais ou menos no início do último terço do romance, o leitor ainda pode não perceber ou pode esquecer que vem lendo uma narrativa que é uma possível história de Portugal, a partir desse momento as escolhas narrativas não permitem ignorar a alegoria. A nação avulta no discurso ficcional quando seu estatuto está em risco. Acumulam-se as marcas do simbolismo, no plano temático e no plano composicional: as epígrafes extraídas das conhecidas trovas de Bandarra; a intensificação do hábito das mulheres da família de contar as histórias do passado; poucos nascimentos, duas gerações da família ficcional sem gerar varões; personagens que participaram da aventura do jovem rei retornando enlouquecidas; o período de domínio espanhol, portando a expressiva epígrafe do Gênesis ‘Onã... impedia com uma ação execrável que a mulher concebesse’ (p. 180), ocupando extenso capítulo, o único a se prolongar por doze páginas, quando os outros variam entre uma a seis. Se até aqui a voz das mulheres se fazia no sentido de questionar a voz oficial, denunciando as construções do poder – a hegemonia masculina, a coragem de assumir posições políticas como valor, as ameaças da religião, o medo do pecado como controlador, o moralismo sob a aparência de ética – agora seu discurso assume conscientemente a função de mantenedor da nação. Se, na época da rainha Leonor a matriarca argumentava “a briga já fora longe, não importava quem ficaria com o Trono, mais importante que o País era a união dos parentes...” (p. 96), a decisão agora é outra:

Carmina decidiu – enquanto sua terra obedecesse a um estrangeiro o clã cuidaria de si e de suas tradições pois chegaria o tempo do retorno de um rei luso e, quando isso ocorresse, fazia questão de ver sua gente, pobre gente, nacional como nunca. Por isso mudou as ordens, tornou-se muito severa – aqueles a quem educasse sequer teriam sonho, reverenciariam o passado, o legado português. Restou, da família, a história [...]. Carmina queria as lembranças, as raízes do País. (p. 183).

Ou seja, a prática feminina da resistência a tantas formas de opressão, em tantos períodos diferentes, sabendo que a alegria como a dor devem ser sempre encobertas, serve agora como mantenedora sub-reptícia da identidade. Os valores nacionais se sobrepõem aos

familiares, ou melhor, são os mesmos, porque só a preservação daqueles dá sentido e permite a manutenção destes: “no País inexistente a história da família fazia o País restante, sacrificava uma geração, talvez duas, não importava, estava mantendo viva a idéia da nação” (p. 187). Mas não há idealização, a utopia não é possível: “quando a Coroa voltasse, nada teria mudado, a Pátria dos poderosos estaria em seus bolsos, o País dos miseráveis na fome de suas barrigas [...], conservamos Portugal mas ficamos bem piores, tornamo-nos uns presunçosos [...], viramos pobres soberbos.” (p. 187).

A posse de dom João não muda o estatuto das mulheres, que continuam na função de memória, enquanto a história é dos homens. Eles transmitem o nome de família e vão à guerra, eventualmente trazem uma mulher de outro povo, que poderá incorporar-se ao espaço doméstico e até acrescentar alguns padrões de comportamento e hábitos à tradição familiar. Elas vivem o cotidiano e, embora troquem de nome de família, garantem a continuidade concebendo a descendência e narrando o passado, que remonta a tempos anteriores à nação. Só na altura da 23ª geração registra-se a consciência de nacionalidade: “souberam-se portugueses” (p. 157). Vêm a Inquisição, a Lisboa pombalina, os ecos da Revolução Francesa, a ocupação napoleônica – oportunidade para o primeiro registro sobre o Brasil – as lutas entre D. Pedro e D. Miguel. Enquanto isso as mulheres da família, que está cada vez mais empobrecida, deambulam pelas terras portuguesas, até retornarem ao ponto de origem, reencontrando o outro ramo do clã. Neste predominara a linhagem masculina, não se passara fome, mantivera-se o nome de família, mas não se preservara o passado, a história, ainda que alguns traços fisionômicos, particularmente o olhar e a cor dos cabelos, recorrentes em todas as gerações, sejam reconhecíveis. A Urraca da 38ª geração “decidiu fazer-se ao mar, atravessar o oceano, levar seu sangue ao Brasil...” (p. 258).

III

Com esse desfecho que comporta uma espécie de abertura, quando se tem conhecimento de que a autora lançou o título *O português que nos pariu* (2000), mesmo com a informação de que não se trata de texto ficcional, só compulsando o volume o leitor se convence de que não é uma continuação. De fato, trata-se do mesmo período ficcionalizado em *Mil anos menos cinquenta*, agora em narrativa histórica, mas nem por isso em chave convencional. Leia-se, a título de exemplo, do capítulo de abertura, intitulado “Receita de português”, o que apresenta como “Modo de fazer”, logo na seqüência de uma listagem nos moldes de receita culinária, em que os ingredientes são os povos que ocuparam o espaço geográfico em que virá a se constituir Portugal:

Coloque na vasilha os pré-históricos. Dê preferência aos que apresentarem características físicas do português contemporâneo: estatura mediana e dolicocefalos. A arqueologia prova que os pré-históricos ibéricos já se assemelhavam aos gajos pós-modernos – ora, pois.

Tampe a vasilha com um pano úmido. Espere fermentar até se transformarem em tribos pacíficas e receptivas a ondas migratórias oriundas de vários pontos europeus. Não se preocupe se alguns, sorratamente, fugirem pela borda da vasilha. O ancestral do português já cultivava a vocação *viajeira*, muitos chegaram à Inglaterra e à Normandia. Apenas oriente os neofujões para não tomarem o rumo de Brasília. Nunca se sabe o que lhes pode acontecer.¹⁰

O tom desse discurso histórico nada convencional, marcado pela irreverência e pelo humor, alivia a tensão da narrativa ficcional, que não se permite qualquer distensão. O que se percebe com a contraposição das duas formas discursivas é o domínio dos recursos narrativos em vista do efeito pretendido. Voltemos àquela, pautada pela permanência e pela repetição, como é o mundo empírico. Entretanto, esse procedimento não contamina o leitor, não se tem a impressão de estar lendo sempre a mesma coisa. Antes, as recorrências são usadas funcionalmente para figurar a realidade e para dar destaque aos momentos de exceção.

O retorno ao norte de Portugal fecha um ciclo. O último registro da “Genealogia de Urraca e Ab’ul” não deixa dúvida que se abre outro périplo: “38ª Geração: Urraca (filha de Pedro Afonso), meados do século XIX, por falta de novos caminhos, o clã vem para o Brasil” (p. 261). Reaparecem os nomes fundadores, a vinda de uma mulher é apresentada com vinda do clã, a opção decorre de “falta de novos caminhos”, e a época não é a da descoberta do Brasil, ou mesmo do período colonial ou de Reino Unido, mas da constituição do Brasil como nação. Se resta alguma dúvida sobre o lugar de fala, note-se que o verbo é *vir*, não *ir*. Mais uma vez, o discurso identitário está em cena, mas a construção da identidade não se propõe pelo discurso laudatório que frisa a idealização, nem pela depreciação que constrói a caricatura. *Mil anos menos cinqüenta* é a ficcionalização do passado dos portugueses, como é o dos brasileiros. Já na linguagem é difícil decidir se é mais alto o tributo pago a José Saramago ou Guimarães Rosa, o que não quer dizer que se realize pastiche ou qualquer outra forma de imitação. A dicção é própria, conforme é possível verificar nos excertos apresentados.

Na cena da produção ficcional brasileira da época, a proximidade de projeto – como registro da voz

feminina, como figuração do passado, como história das margens – coloca-o na mesma estante em que estão *República dos sonhos* (1984), de Nélida Piñon, e *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), de Maria José Silveira. As duas vertentes da Península Ibérica e a nativa, um triângulo feminino, mas não feminista, “que havia chorado, haveria de chorar mas, não, o filho não saberia o quanto por ele sofrera, não se revelam as dores.” (p. 99)

Referências

- ABREU, Ângela. *Mil anos menos cinqüenta*. São Paulo: Imago, 1995.
- _____. *Santa Sofia*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio. *Um castelo no pampa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993-1994.
- CUNHA, Glória da (Org.). *La narrativa historica de escritoras latinoamericanas*. Buenos Aires: Corregidor, 2004.
- LACERDA, Rodrigo. *O mistério do leão rampante*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- MARINHO, Maria de Fátima. *Um poço sem fundo*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- MENEZES, Ângela Dutra. *O avesso do retrato*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O português que nos pariu*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- PESSOTI, Isaías. *Aqueles cães malditos de Arquelau*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- PINON, Nélida. *A república dos sonhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SILVEIRA, Maria José. *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.
- SOUZA, Márcio. *Lealdade*. Rio de Janeiro: Record, 1998. (*Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, v. 1)
- _____. *Desordem*. Rio de Janeiro: Record, 2001. (*Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, v. 2)
- _____. *Revolta*. Rio de Janeiro: Record, 2005. (*Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, v. 3)
- TAPIOCA, Ruy. *A república dos bugres*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- WEINHARDT, Marilene. Ficção história contemporânea no Brasil: uma proposta de sistematização. In: *Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. v. 1, p. 1-6.
- <http://www.vidaslusofonas.pt/tbua.htm>
- http://www.vidaslusofonas.pt/idade_media.htm
- http://www.vidaslusofonas.pt/idade_moderna.htm
- http://www.vidaslusofonas.pt/idade_contemporanea.htm
- http://www.vidaslusofonas.pt/d.afonso_henriques.htm

¹⁰ MENEZES, Ângela Dutra de. *O português que nos pariu*: uma viagem ao mundo de nossos antepassados. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. p. 14.